

PGR deve apresentar denúncia contra Bolsonaro

Expectativa é que ação seja concluída ainda antes do carnaval

Por Karoline Cavalcante

A expectativa em torno de uma possível denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por sua suposta tentativa de golpe em 2022 está prestes a se concretizar. A previsão é que a conclusão das investigações e a ação da PGR seja finalizada até o fim de fevereiro, antes ainda, portanto, do carnaval. Para garantir que o caso seja analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ainda em 2025 — evitando que se arraste até o ano eleitoral de 2026 —, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, adotará uma estratégia de fatiamento das acusações.

De acordo com informações inicialmente publicadas pelo jornal O Globo, a intenção é individualizar a responsabilidade dos envolvidos, permitindo que o processo avance sem que todos os acusados sejam analisados em um único momento. A primeira leva de denúncias deve incluir Bolsonaro, o ex-ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, além de outros membros da alta cúpula envolvida na trama.

Golpe

Em novembro de 2024, a Polícia Federal (PF) indiciou 37 pessoas — e depois, mais três — pela existência de uma suposta organização criminosa responsável por planejar um golpe de Estado contra o governo eleito em 2022. Entre os nomes, além de Bolsonaro e Braga Netto, fazem parte da lista o presidente do PL, Valdemar Costa Neto; os ex-ministros do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Augusto Heleno e



Tânia Rego/Agência Brasil

Bolsonaro planeja viajar pelo país para angariar apoio

da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres, entre outros. Todos foram enquadrados pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa.

De acordo com a acusação, o planejamento detalhado pelos investigados contemplava a utilização de recursos humanos e bélicos para a execução das ações, incluindo técnicas militares avançadas. Previa, ainda, o assassinato do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro do STF Alexandre de Moraes, que, na época, presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Perseguição política”

Em meio a esse cenário, segundo informações da CNN, o ex-presidente Bolsonaro planeja retomar sua agenda de viagens pelo Brasil nas próximas semanas, com o objetivo de

reforçar sua narrativa de perseguição política e angariar apoio popular antes da possível denúncia da PGR.

O trâmite

A especialista em advocacia criminal, Karolyne Guimarães, explicou que após o oferecimento da denúncia pela PGR, a primeira medida será a análise do relator, no caso o ministro Alexandre de Moraes, para verificar se existem elementos claros que justifiquem a absolvição sumária — decisão judicial que absolve o réu de todas as acusações —, como a ausência de crime, de culpa ou de indícios de autoria.

Caso não seja o caso de arquivamento, o acusado será notificado e terá um prazo de 15 dias para apresentar uma resposta escrita, podendo alegar preliminares, pedir a rejeição da denúncia ou a produção de provas, como depoimentos testemunhais ou documentos. “Apresentada ou não a respos-

ta, a denúncia será submetida à deliberação do plenário do STF para análise de recebimento ou rejeição da denúncia”, afirmou a advogada.

Se a denúncia for aceita, a instrução do processo terá início, com a oitiva de testemunhas, o interrogatório do réu e a apresentação de defesa final, que poderá incluir sustentação oral. O plenário do STF, então, será responsável por julgar o caso e determinar a sentença.

“O ex-presidente Jair Bolsonaro se tornará réu na ação penal caso seja recebida a denúncia. O STF poderá, no curso da ação, caso presentes os requisitos legais, deferir medidas cautelares contra o ex-presidente da República, como a prisão preventiva ou outra modalidade, como tornozeleira”, disse a especialista. “Caso condenado, antes mesmo de transitar em julgado a sentença, poderá ser iniciado cumprimento de pena, por exemplo, eventual decretação de prisão preventiva”.

Ex-policial bolsonarista é condenado a 20 anos de prisão

Reprodução X

O ex-policial penal bolsonarista Jorge Guarano, 40, foi condenado nesta quinta-feira (13) a 20 anos de prisão em regime fechado pelo assassinato do guarda municipal e militante petista Marcelo Arruda, então com 50 anos, em Foz do Iguaçu (PR).

O crime foi o mais emblemático da última campanha à Presidência, em 2022, e forçou um debate nacional sobre violência na política.

A sentença foi lida pela juíza Michelle Pacheco Cintra Stadler, da 1ª Vara Privativa do Tribunal do Júri de Curitiba, após decisão dos sete jurados, sendo quatro mulheres e três homens.

Recurso

O advogado de Guarano, Ercio Quaresma, disse que vai recorrer, por considerar a pena excessiva, e buscar uma decisão liminar para mantê-lo em prisão domiciliar. “Ele não foi abençoado com o milagre de ficar bom [em referência às condições de saúde do acusado, que tem usado muletas depois do crime]. Então o Estado não tem condição de mantê-lo acautelado.” Na ocasião, Guarano trocou tiros com Arruda, e ficou ferido.

Guarano obteve a prisão domiciliar em setembro, mas, com a decisão do júri desta quinta, ele segue para o regime fechado.

O ex-policial penal foi acusado pelo Ministério Público



Guarano matou Arruda durante sua festa de aniversário

de homicídio duplamente qualificado, por motivo fútil (divergência política) e perigo comum (disparo de tiros em um ambiente com outras pessoas). As qualificadoras foram acolhidas pelo júri.

Recado

O promotor de Justiça Lucas Cavini Leonardi disse que a decisão do júri “reafirma o Estado democrático de Direito”.

“É um recado muito bem dado pela sociedade de Curitiba de que quem comete um crime por ser intolerante vai pagar e vai pagar caro”, disse o promotor.

Relembre

Em 9 de julho de 2022, Guarano invadiu a festa de Marcelo, que comemorava 50 anos de idade no salão de um clube em Foz do Iguaçu, junto com familiares e amigos.

O petista usava uma camiseta com a imagem do então candidato Lula, e a decoração fazia referências ao PT, como balões vermelhos. Guarano e Marcelo não se conheciam, mas, ao saber do tema da festa, o então policial penal resolveu ir até o local gritando o nome de Jair Bolsonaro (PL) em provocação aos convidados.

“Idiotice”

No equipamento de som de seu carro, ligou uma playlist com músicas da campanha do então presidente. No depoimento que prestou ao júri, na noite de quarta-feira (12), Guarano justificou que foi até lá “por brincadeira”. Acrescentou que hoje avalia ter sido uma “idiotice”.

No dia do crime, Marcelo respondeu à provocação, gritando “[Bolsonaro] na cadeia”, e, após uma rápida discussão com Guarano, pegou terra e jogou no carro do policial penal. Guarano foi embora, mas voltou pouco tempo depois.

No depoimento ao júri, Guarano alega que voltou ao clube porque teria percebido que seu filho de pouco mais de um mês, que estava dentro do carro, teria sido atingido com um pouco de terra.

Na segunda vez que apareceu na festa, Guarano desceu do carro, e a policial civil Pamela Silva, companheira de Marcelo, mostrou seu distintivo, pedindo que ele fosse embora. Mas Guarano viu Marcelo ao fundo, atrás de Pamela, e começou a atirar nele. Marcelo foi atingido com dois tiros.

Ele chegou a ser levado para um hospital, mas morreu na madrugada do dia seguinte, 10 de julho.

Catarina Scortecchi (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Deputado afirma que houve indelicadeza

Aliado de Lula critica presidente no caso Ibama

Ministro do Meio Ambiente de Lula entre 2008 e 2010, o deputado estadual Carlos Minc (PSB-RJ) afirmou que o presidente foi indelicado ao criticar o Ibama no caso dos estudos relacionados à exploração de petróleo na região da foz do Rio Amazonas.

Lula classificou de “lenga-lenga” a demora do Ibama em autorizar trabalhos de pesquisa so-

bre a existência de petróleo na costa do Amapá. Disse também que o órgão parece atuar contra o governo.

À coluna, Minc, que é aliado de Lula, frisou ser necessário respeitar decisões técnicas. Ressaltou o Ibama não é “xiita”: como exemplo citou as licenças ambientais que autorização da exploração de petróleo no pré-sal. Elogiou os profissionais do órgão.

Pressões

Minc lembrou que o governo sofre “pressões e contra-pressões”, que ele mesmo, no ministério, teve que administrar interesses diversos. Para ele, Lula “extrapolou” ao reclamar do Ibama. Suplente do deputado, o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho é filiado ao PSB.

Transição

O deputado fluminense também criticou a ênfase na exploração do petróleo às vésperas da COP-30. Para ele, o país, “terra do sol, vento e da biomassa”, tem que dar exemplo na transição energética. “Se o Brasil não fizer isso, nenhum país poderá fazer”, afirmou.



Bombeiros atuam no prédio que pegou fogo no Rio

Prédio incendiado: processos contra empresa

A SMTEX Indústria e Comércio de Roupas, uma das empresas que funcionariam no prédio onde houve o incêndio que destruiu fantasias de escolas de samba cariocas, é figurinha fácil em processos, quase sempre como ré. O site Escavador cita 84 ações — em 96%, está no pólo passivo, ou seja, é acusada. Há principal-

mente processos trabalhistas relacionados à cobrança de impostos federais e estaduais. Em setembro de 2023, um apartamento num prédio que fica de fundos para o local que pegou fogo, foi leiloado para o pagamento de dívidas, entre elas, uma de caráter trabalhista. O imóvel foi vendido por R\$ 90 mil.

Inaptas

Como o Correio Bastidores publicou ontem, a SMTEX e a Maximus Ramo, a outra empresa que funcionaria no número 129 da Rua Roberto Silva, em Ramos, zona norte do Rio, estão oficialmente inativas, classificadas como “inaptas” pelo site da Receita Federal.

Fornecedora

Na mesma fachada que exibe o nome da Maxitex, mas no número 145 da rua, há um portão com o nome de outra confecção Bravo Zulu, que faz uniformes. Esta empresa é fornecedora de organizações militares. Em 2021, recebeu R\$ 68.169,00 do Comando da Marinha.

Sem quadra

O perfil do Instagram da Associação dos Docentes da UFRJ publicou que a Defesa Civil do Rio interditou parte da quadra de esportes e um muro do entorno do Colégio de Aplicação da universidade, na Lagoa, zona sul do Rio. Há risco de desabamento.

Sem aulas

Segundo a Adufrj, o assunto foi tratado na reunião de ontem do Conselho Universitário — alunos estão sem poder ter aulas de educação física. A reitoria culpa a falta de verbas, mas alega que, desde 2020, duas empresas desistiram de executar obras no CAP.